X ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI VALÊNCIA – ESPANHA

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, GLOBALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM SOCIAL E ECONÔMICA II

EDSON RICARDO SALEME

JERÔNIMO SIQUEIRA TYBUSCH

Copyright © 2019 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito
Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte desta publicação denominada “capítulo de livro” poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina
Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás
Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza - UFMG/PUCMG – Minas Gerais
Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS – Sergipe
Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul
Secretário Executivo - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - Unimar/Uninove – São Paulo

Representante Discente – FEPODI
Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo

Conselho Fiscal:
Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro
Prof. Dr. Aires José Rover - UFSC – Santa Catarina
Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP – São Paulo
Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva - UDF – Distrito Federal (suplente)
Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa - UENP – São Paulo (suplente)

Secretarias:
Relações Institucionais
Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM – Santa Catarina
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR – Ceará
Prof. Dr. José Barroso Filho - UPIS/ENAJUM– Distrito Federal
Relações Internacionais para o Continente Americano
Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas - UFG – Goiás
Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia
Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão
Relações Internacionais para os demais Continentes
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná
Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo
Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato - Unipê/UFPB – Paraíba
Eventos:
Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch – UFSM – Rio Grande do Sul
Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho – Unifor – Ceará
Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – Fumec – Minas Gerais
Comunicação:
Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC – Santa Catarina
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF/Univali – Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara – ESDHC – Minas Gerais

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP – Pernambuco

---

D451
Desenvolvimento econômico sustentável, globalização e transformações na ordem social e econômica II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/2020
Coordenadores: Edson Ricardo Saleme; Jerônimo Siqueira Tybusch – Florianópolis: CONPEDI, 2020 / Valência: Tirant lo blanch, 2020.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5648-013-8
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Crise do Estado Social
1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Congressos Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. X Encontro Internacional do CONPEDI Valência – Espanha (10:2019 :Valência, Espanha).

CDU: 34

CONPEDI Sociedade Científica do Direito
Vniversitat de València Facultat de Dret
tirant lo blanch

X ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI VALÊNCIA – ESPANHA

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, GLOBALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM SOCIAL E ECONÔMICA II

Apresentação

Entre os dia 4 e 6 de setembro de 2019 abrem-se os trabalhos do X Congresso Internacional do CONPEDI em Valência, Espanha, com o tema Crise do Estado Social, com palestra inaugural realizada pelo Professor de Filosofia do Direito e Filosofia Política do Instituto de Direitos Humanos da Universidade (Facultad de Derecho), Campus Tarongers, Francisco Javier de Lucas Martín. Este, ex-senador espanhol, por Valência, esclareceu os atuais obstáculos enfrentados pela globalização e desenvolvimento do Estado Social em seus aspectos mais cruciais.

Da mesma forma, no conteúdo e na apresentação, os trabalhos que compuseram o GT "Desenvolvimento Econômico, Sustentável, Globalização e Transformações na Ordem Social e Econômica II" apontaram importantes reflexões críticas sobre a realidade brasileira e a Medida Provisória 881, de 2019, como atual parâmetro regulatório da economia e sua Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. Nesse sentido, as temáticas abordaram, principalmente, a valorização do trabalho humano em face da automação e as questões relacionadas à sustentabilidade como fórmula para minimizar os impactos socioambientais na sociedade consumerista moderna.

Como diagnóstico, todavia, os textos produzidos buscaram mostrar uma série de deficiências recorrentes em termos de violação dos direitos fundamentais do trabalhador, ressaltando-se, também, o enfoque desde o realismo nas relações econômicas e a crítica à atuação de organizações internacionais, bem como de projetos como a iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). A gama dos temas abordados considerou também temáticas atuais e de larga complexidade , a exemplo da questão da educação, cidadania e sustentabilidade, globalização, crise civilizatória e desenvolvimento sustentável a partir da responsabilização empresarial. Viu-se ainda os reflexos relacionados à preservação de direitos da personalidade na proteção de dados.

Os trabalhos também versaram, especificamente, sobre as conferências e tratados ambientais e sua aplicabilidade nas normas dos países participantes, a transferência de tecnologia como mecanismo para preservação ambiental e da saúde pública no contexto da OIT. Ademais, trataram de questões de ordem tributária com reflexos econômicos e ambientais, tal como o

fair share da empresa multinacional Starbucks que, por força da opinião pública local, submeteu-se às regras tributárias locais e os fintechs no mercado financeiro e seus reflexos nas relações de consumo.

Diante desses papers de qualidade, convida-se a comunidade acadêmica para apreciar esta publicação, não sendo exagero afirmar que os trabalhos do Grupo Desenvolvimento Econômico, Sustentável, Globalização e Transformações na Ordem Social e Econômica II têm o mérito de contribuir para a compreensão dos problemas apontados. Outrossim, buscam possíveis caminhos para a solução de obstáculos e novas indicações diante das normas criadas pela atual equipe governamental brasileira.

Dessa forma, a publicação apresenta algumas reflexões acerca de alternativas e proposições teóricas que visam ao debate e o aperfeiçoamento dos institutos referidos nos trabalhos apresentados. Os artigos aqui publicados contribuíram de forma relevante para que o GT Desenvolvimento Econômico, Sustentável, Globalização e Transformações na Ordem Social e Econômica II seja esclarecedor no tocante à temas atuais e críticos largamente trabalhados nas relações do Estado Social e da percepção do desenvolvimento em suas variadas dimensões.

Prof. Dr. Edson Ricardo Saleme - UNISANTOS

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM

EDUCAÇÃO, CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE

EDUCATION, CITIZENSHIP AND SUSTAINABILITY

Beatriz Rolim Cartaxo
Hertha Urquiza Baracho

Resumo

O presente artigo tem como objetivo central abordar a relação existente entre educação, cidadania e sustentabilidade. Sabe-se que cada pessoa tem uma função na sustentabilidade. Tornou-se um pressuposto consensual a ideia de que existe uma estreita relação entre educação e desenvolvimento. Sendo assim, a articulação entre educação e desenvolvimento não é novidade, no entanto, quando se pensa em novo tipo de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável ou simplesmente sustentabilidade, a educação necessariamente deve ser adjetivado.

Palavras-chave: Democracia, Educação, Sustentabilidade, Direito, Desenvolvimento

Abstract/Resumen/Résumé

The main objective of this article is to address the relationship between education, citizenship and sustainability. It is known that each person has a role in sustainability. The notion that there is a close link between education and development has become a consensual assumption. Thus, the articulation between education and development is not new, however, when thinking about a new type of development, sustainable development or simply sustainability, education must necessarily be adjectivized.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Democracy, Education, Sustainability, Right, Development

1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade resulta de um processo de educação pela qual o ser humano redefine o feixe de relações que entretém com o Universo, com a Terra, com a natureza, com a sociedade e consigo mesmo dentro dos critérios de equilíbrio ecológico, de respeito e amor à Terra e à comunidade de vida, de solidariedade para com as gerações futuras e da construção de uma democracia sócio ecológica sem fim.

Somente um processo generalizado de educação pode criar novas mentes e novos corações, capazes de fazer a revolução paradigmática exigida pelo risco global sob o qual se vivem. Agora todas as pessoas são urgidas a mudar.

A situação mudada do mundo exige que tudo seja ecologizado, isto é, cada saber deve prestar a sua colaboração a fim de proteger a Terra, salvar a vida humana e o projeto planetário. Portanto, o momento ecológico deve atravessar todos os saberes.

Como se depreende, o momento ecológico está presente em todas as disciplinas: caso contrário não se alcança uma sustentabilidade generalizada. Depois que irrompeu o paradigma ecológico, conscientizou-se do fato de que todos são eco dependentes. Participam de uma comunidade de interesses com os demais seres vivos que compartem a biosfera. O interesse comum básico é manter as condições para a continuidade da vida e da própria Terra. É o fim último da sustentabilidade.

2 **BRASIL:** caminhos rumo ao desenvolvimento segundo Amartya Sen

Paiva (2010, p. 23) ressalta que "a história republicana brasileira contém um déficit para a construção de uma ordem social democrática que possa ser vista como instância de participação e exercício da cidadania".

Assim sendo, "cidadania no Brasil era um ideário exclusivo a alguns grupos a quem foi permitido acesso a bens sociais, à justiça, à educação e ao trabalho regulado" (PAIVA, 2010, p. 24).

Segundo Alves (2010), a concepção do real é um processo dialético, onde se obtém a consciência crítica através da disputa de hegemonias contrastantes, um conflito no campo da ética e no campo político.

O processo de redemocratização deu novo ânimo à sociedade brasileira, sobretudo aos que de alguma forma sentiam-se fora do arcabouço jurídico institucional, pseudo-cidadãos, que quando muito depositavam seu voto nas urnas a cada dois anos e

aguardavam ser chamados a usufruir das riquezas produzidas e dos direitos a uma justiça igualitária e a políticas que abrangessem a totalidade da população menos favorecida.

Segundo Dagnino (2004), foi essa mesma população antes colocada de lado, excluída do processo decisório e do acesso a uma vida decente em sociedade, que aproveitou o campo democrático para colocar em marcha a sua luta por direitos. A Constituição de 1988 é no entender de Paiva (2010), uma conquista coletiva e merecida, fruto da mobilização de toda uma sociedade, que após a conquista democrática tem na luta pela igualdade de direitos das minorias seu projeto mais importante.

Ao abordar o desenvolvimento brasileiro, usando o modelo de Amartya Sen, pode-se afirmar que o Brasil está em uma tendência ascendente de crescimento econômico, melhorias da qualidade de vida, avanços no campo educacional, sistema de saúde universalizado, sistema político democrático consolidado, instituições formatadas e liberdades de participação civil.

3 DEMOCRACIA: conceito e importância

Democracia é um sistema ou regime que se baseia na concepção da soberania popular e na distribuição equilibrada do poder, e que atribui o direito ao voto e, pela divisão dos poderes, o controle dos meios de decisão e execução. No Brasil isso nunca existiu efetivamente. Desde que o pais se tornou uma república, ainda não chegou-se a uma democracia substancial, mas somente um regime democrático formal.

No caso do Brasil, a Democracia, de fato, só é exercida quando a maioria dos eleitores vai até as urnas e elegem os seus representantes. O acontecimento de o povo poder votar livremente nas eleições não significa que ele exerça controle sobre o governante. Ele elege, mas não pode exonerar e nem exigir que os governantes cumpram seus deveres constitucionais no que diz respeito à saúde, educação, moradia, previdência. Tudo isso fica a critério dos governantes e isso, claramente, não é democracia. Logo, apenas a prática eleitoral não implica, necessariamente, numa sociedade democrática (SEN, 2010).

Para Lima (2000) "a democracia declara os direitos universais do homem e do cidadão, mas a sociedade está estruturada de tal forma que tais direitos não existem de fato para a maioria da população".

Sen (2011) refere que respeito da eficácia da democracia, o autor busca refutar a afirmação de que esta seria menos efetiva no crescimento econômico que regimes autoritários, partindo da ideia de que os direitos democráticos estão entre os componentes constitutivos do desenvolvimento e não podem ser qualificados pela sua contribuição à economia, mas são constituintes do bem estar dos cidadãos, independentemente de serem ricos ou pobres.

O texto "A importância da democracia", de Amartya Sen, defende que a democracia é a melhor forma de escolha de governo e para sustentar sua tese ele utiliza três argumentos que defendem a democracia e contrapõe a liberdade democrática com a situação de miséria econômica que alguns países vivem.

Assim, nessa linha de raciocínio Amartya analisa que mesmo havendo desenvolvimento econômico em alguns países autoritários do continente asiático, a liberdade democrática ainda é melhor por três motivos principais: sua importância intrínseca em desenvolver capacidades humanas básicas como participação política e social; suas contribuições instrumentais, pois com a democracia é possível aumentar as oportunidades das pessoas falarem e se expressarem, expressando inclusive suas necessidades econômicas básicas, etc.; e, por último, o papel construtivo que a democracia possui, uma vez que o governo democrático se torna mais próximo de sua população e pode compreender melhor os desejos da mesma.

Sen (1999) ainda demonstra que a democracia não é só um sistema de governo melhor do que os governos autoritários, mas também uma janela de oportunidades para que os cidadãos que vivem em liberdade democrática possam desenvolver suas capacidades básicas como seres humanos, através da participação dos mesmos na esfera da coisa pública, tanto com relação a votos em eleições, como outras formas de participação política direta. Esse elemento propiciaria todos os cidadãos a fazerem a democracia funcionar por meio da participação de pessoas comuns.

3.1 EDUCAR PARA A DEMOCRACIA

A educação para a cidadania que forma o cidadão participativo, democrático e solidário, consciente de seus deveres e direitos, precisa se associar à educação em direitos humanos. "Não existe democracia sem direitos humanos, assim como não existem direitos humanos sem a prática da democracia" (BENEVIDES, 2000, p. 25).

Pode-se e deve-se fazer da escola esse espaço da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que respeitem o direito à vida. Propiciar aos educandos o desenvolvimento da capacidade de perceber as consequências pessoais e sociais de suas escolhas.

Deve-se oferecer à população espaços de exercício da cidadania. Garantindo a oportunidade de aprender a ser democrático, a ser solidário, a acreditar na capacidade de cada um na mudança. Criando condições para que os professores, os pais, a comunidade, os alunos tomem para si o destino da sua escola, para que sejam sujeitos ativos na elaboração do projeto político-pedagógico com que sonham. É fundamental aprender a falar em público, a vivenciar o conflito como espaço de aprendizagem, a defender ideias, a se organizar e a se articular para viabilizar uma proposta, a escolher seus representantes, a avaliar coletivamente, a reorientar a prática quando a avaliação apontar essa necessidade (SEN, 2000).

4 SUSTENTABILIDADE: suas implicações para educação – ecopedagogia e o papel da sociedade

A palavra da moda atualmente é sustentabilidade. Em todos os setores, seja no meio ambiente, na economia, educação ou administração pública, todo mundo cita o termo sustentabilidade. E o que significa sustentabilidade? O que é ser sustentável? Teoricamente o termo "sustentável" tem origem do Latim: "*sustentare*", que significa sustentar, favorecer e conservar. Na prática, a sustentabilidade está definida como a capacidade que o indivíduo ou um grupo de pessoas tem em se manterem dentro de um ambiente sem causar impactos a esse ambiente.

A sustentabilidade também está relacionada a outros setores da sociedade como a economia, a educação e a cultura. A sustentabilidade está diretamente ligada ao desenvolvimento de vários setores da sociedade, sem que estes agridam o meio ambiente. É através da sustentabilidade que os recursos naturais são utilizados de forma inteligente e são preservados para as gerações futuras. Sustentabilidade é isto, é saber suprir as necessidades presentes sem interferir nas gerações futuras (SEN, 2000).

Um conceito correto e amplo de sustentabilidade está associado a soluções, caminhos e planos que busquem resgatar adoções de práticas sustentáveis na vida de cada pessoa e atinjam uma melhora comum a todos.

A falta de conhecimento do ser humano em relação à sustentabilidade e ao que isto implica, pode ter consequências catastróficas. Nos dias de hoje é preciso que cada indivíduo tenha a consciência de que é necessário se preocupar e cuidar do meio ambiente no qual se vive. Segundo Sen (2011) a sustentabilidade é ser ético e solidário. A Sustentabilidade não deve acontecer somente no ambiente físico e material, é necessário manter a vida que está presente em todos.

Essa expressão "sustentabilidade" tem influência no campo de atividade diversa entre as quais o campo da educação, os organismos internacionais, as organizações não governamentais e na política pública dirigidos a educação, ambiente e desenvolvimento de alguns países.

A educação para a sustentabilidade surgiu como uma tentativa de superar alguns problemas apresentado pela educação ambiental praticado nas escolas de diversos países da união europeia, como a Itália, a Espanha e outros.

O desenvolvimento sustentável tem um grande componente educativo: a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação.

É aqui que entra em cena a ecopedagogia. Ela é uma pedagogia da vivência cotidiana com o outro, portanto, democrática e solidária. A pedagogia tradicional centrava-se na espiritualidade, a pedagogia da escola nova, na democracia e a tecnicista, na neutralidade científica. A ecopedagogia centra-se na relação entre os sujeitos que aprendem juntos "em comunhão".

A sustentabilidade é um princípio reorientador da educação e principalmente dos currículos, objetivos e métodos. Colocada neste sentido, a ecopedagogia não é uma pedagogia a mais, ao lado de outras pedagogias. Ela só tem sentido como projeto alternativo global, em que a preocupação não está apenas na preservação da natureza (ecologia natural) ou no impacto das sociedades humanas sobre os ambientes naturais (ecologia social), mas num novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico (ecologia integral) que implica uma mudança nas estruturas econômicas, sociais e culturais. Ela está ligada, portanto, a um projeto utópico: mudar as relações humanas, sociais e ambientais que temos hoje. Aqui está o sentido profundo da ecopedagogia, ou de uma pedagogia da Terra.

A relação entre homem/meio ambiente são estruturadas de maneira que a natureza disponibiliza uma infinita variação de recursos físicos que são utilizados para benefícios da população que devolve à natureza uma série de fatores causadores de

poluição e desmatamento ecológico, estabelecendo um vínculo entre as duas partes onde a natureza possui a economia e a passa para a população e as pessoas devolvem como resíduos para o meio ambiente.

Assim, pressupõe que o meio ambiente e o homem estão em caminhos diferenciados, pois o homem necessita produzir cada vez e mantém a visão de que os recursos provenientes da natureza são infinitos, causando o maior problema mundial, o impacto ambiental.

5 ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

O vocábulo democracia tem sua gênese na Grécia, no século V a.C., quando as decisões políticas eram sacramentadas em assembleias (praças). Etimologicamente, significa (*demo*=povo e *kracia*=governo). Na cidade de Atenas, a participação popular era restrita a uns poucos cidadãos, apenas os abastados tinham essa prerrogativa; as mulheres, estrangeiros, escravos e crianças não participavam das decisões políticas da pólis, ou seja, não tinham direito a voto.

Com o passar dos séculos, esse instituto sofreu grandes transformações; hoje, amadurecido, converge no sentido de oportunizar igualdade a todos, sem olvidar de respeitar os direitos das minorias, através da participação popular e da efetivação dos direitos fundamentais.

Já o princípio estruturante do Estado brasileiro aparece preliminarmente no preâmbulo constitucional ao ser instituído o Estado Democrático, com o escopo de assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade, e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social. O caput do primeiro artigo da Constituição de 1988 traz o Estado Democrático de Direito e os incisos seus fundamentos.

Artigo 1º, *caput*, CF/88:

> A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

O Estado Democrático promove o processo de positivação das normas programáticas. Assim, as definições e conceituações acerca das finalidades institucionais e precípuas do estado foram absorvidas e incorporadas pela Constituição Federal. Desta forma, metas, conceitos, formulações, objetivos e interesses de longo prazo do Estado começaram a migrar da Teoria Política para dentro do Direito. Os planos diretores das políticas públicas transformaram-se em programas constitucionais.

Na mesma disposição desse postulado, Mendes (2009, p. 171) assim se manifesta acerca do Estado Democrático de Direito:

> Estado Democrático de Direito é a organização política em que o poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por meio de representantes, escolhidos em eleições livres e periódicas, mediante sufrágio universal e voto direto e secreto, para o exercício de mandatos periódicos, como proclama, entre outras, a Constituição brasileira.

Para ele, Estado de Direito democrático de direito é aquele que se empenha em assegurar aos seus cidadãos, o exercício efetivo, não somente dos direitos civis e políticos, mas também e, sobretudo, os direitos econômicos, sociais e culturais, sem os quais de nada valeria a solene proclamação daqueles direitos.

O Estado Democrático de Direito é um estado que positivou os objetivos do Estado e, ao fazer isso, transformou-os em lei e pôs em si mesmo a obrigação legal de respeitá-los, promovê-los e cumpri-los. Portanto, comunga-se com essa concepção de democracia, hoje, não adstrita apenas a participação popular, ao nosso sentir, isso é coisa do pretérito, a democracia atual é vinculada à efetivação dos direitos fundamentais, tais como Saúde, Educação, Moradia, Trabalho, Segurança, Lazer, etc.

O Estado é uma ficção jurídica, isto é, não possui vontade própria e depende de pessoas para mover a máquina estatal. No Estado Democrático de Direito brasileiro não é possível que o próprio povo o governe, o que representaria democracia direta, restrita aos Cantões da Suíça, para poucos cidadãos. No Estado Democrático contemporâneo, as funções típicas do Estado são exercidas por indivíduos eleitos pelo povo de acordo com regras pré-estabelecidas que nortearão o prélio eleitoral e em observância as normas e aos princípios democráticos.

6 CLASSES SOCIAIS

Segundo Coelho (2010), Classes Sociais são as divisões estabelecidas na sociedade, segundo critérios de renda, de acesso aos bens de consumo, moradia, educação e saúde.

Classe social nada mais é do que um grupo de pessoas com status parecido segundo determinados critérios, principalmente econômicos. As classes sociais com o desenvolvimento do sistema capitalista industrial foram divididas em três níveis: alta, média e baixa.

Na classe alta existe grande margem financeira, enquanto que na classe média e baixa, de acordo com níveis sociais, situam-se a população com pequena capacidade financeira e dificuldades econômicas.

O Brasil apresenta como qualquer outra nação capitalista contemporânea três divisões de classes, porém, a maior parte da população encontra-se na classe social mais baixa.

No Brasil, as classes sociais tiveram suas origens nos anos 50, época em que o país passou a presenciar um crescimento econômico que perdurou até final da década de 70, a qual foi chamada de "Milagre Econômico". Isso levou a criação da classe média brasileira.

Segundo Nascibem (2011) devido ao crescimento experimentado pelo Brasil:

> As classes sociais foram divididas em classe mais abastada, com alto poder de renda e composta por grupos sociais distintos: Os que dirigem diretamente a maquina capitalista do país. Essa classe é composta por grandes empresários, banqueiros, fazendeiros, industriais. Os que vivem em torno desse núcleo que são diretores, assessores e gerentes de grandes empresas em geral. Os funcionários do Estado, como juízes, desembargadores, funcionários dos três poderes, promotores públicos, professores universitários, militares de alto escalão entre outros. Os que sobreviviam dos gastos das classes acima, categoria composta por aqueles que prestam serviços indiretamente ou que atendem diretamente à classe mais abastada, composta por escritores, médicos, proprietários de bares refinados, clubes, colégios, etc.

A classe média brasileira formou-se com base na alta renda desses grupos sociais. Grupos esses formados por trabalhadores (cozinheiros-chefes, pilotos, motoristas bem qualificados, professores de colégios, etc.) que prestam serviços aos

mais ricos. Como também, trabalhadores manuais de maior qualidade, operários especializados, entre outros.

Já as classes baixas têm em sua composição aqueles que prestam serviços por preços baixos às classes médias. São eles: cabeleireiros mal pagos, pedreiros, trabalhadores não qualificados, empregadas domésticas pouco qualificada, trabalhadores rurais, entre outros.

7 DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

De acordo com Aparecida (2006), no século XVIII, o capitalismo teve um grande crescimento, com a ajuda da industrialização, dando origem assim as relações entre o capital e o trabalho, então o capitalista, que era o grande patrão, e o trabalhador assalariado passaram a ser os principais representantes desta organização.

O termo desigualdade é bastante amplo e pode designar: desigualdade econômica, cultural, étnica, desigualdade de classes e desigualdades social. O conceito de desigualdade compreende diversos tipos, desde a desigualdade de trabalho, oportunidade, escolaridade, renda, etc. a mais conhecida é a desigualdade social que é proveniente da má distribuição de renda. Para Rousseau (2001, p. 29) a desigualdade surge das mudanças que ocorrem nos seres humanos, ou seja:

> É nessas sucessivas mudanças da constituição humana que é preciso procurar a primeira origem das diferenças que distinguem os homens, os quais, são naturalmente tão iguais entre si quanto o eram os animais de cada espécie antes de diversas causas físicas terem introduzido em alguns as variedades que notamos. Efetivamente, não é concebível que essas primeiras mudanças, por quaisquer meios que se tenham realizado, tenham alterado, ao mesmo tempo, e da mesma maneira, todos os indivíduos da espécie; mas, tendo uns se aperfeiçoado ou deteriorado e adquirido diversas qualidades, boas ou más, que não eram inerentes à sua natureza, permaneceram os outros mais tempo em seu estado original.

Em toda sociedade a desigualdade tende a motivar a discriminação, o preconceito, o domínio, a exclusão, porém visa proporcionar uma reflexão sobre a possibilidade de mudança, de aprendizagem, de oportunidades de escolhas.

Hoje em dia o termo desigualdade social é bastante usado desde a época da Revolução Industrial.

A desigualdade social no Brasil continua ainda sendo influenciada pela transição demográfica que ocorreu devido a um desequilíbrio regional e social. Brito (2008, p. 06) comenta que:

> A transição demográfica ela é única, enquanto um processo global que atinge toda a sociedade brasileira, mas, ao mesmo tempo, múltipla, pois se manifesta diferentemente segundo as diversidades regionais e, principalmente, sociais.

Segundo Siqueira (2011), as desigualdades sociais manifestam-se pelas organizações e instituições sociais, se tornando categorias não-fixas, uma vez que estão sempre, apesar de lentamente, alterando-se, e também em constante construção, com o objetivo de se tornarem duráveis. As distinções sociais apresentam-se nas relações sociais de forma multidimensional e assimétrica, incluindo todos os agentes em categorizações que, por sua vez, são sobrepostas; apesar disso, uma mesma pessoa pode ocupar diferentes categorias, dificultando, assim, uma divisão precisa e acurada. Sendo assim, a desigualdade social é caracterizada pela vantagem de um grupo socioeconômico em relação a outro. São diferenças de acesso a recursos e bens materiais e não-materiais, gerando divisões sociais que exercem grande influência na vida dos indivíduos, grupos e instituições. Os recursos mais importantes na geração das desigualdades são os que podem ser restringidos, apropriados, e que podem somar-se a outros recursos dando-lhes um valor adicional.

O Brasil desde o início do seu desenvolvimento e exploração de seus territórios, não havia interesses com intuito de melhorar o país e as condições dos que viviam aqui.

Prado Júnior (2004, p. 23) refere que “o que interessa era o comércio, que não havia ideia de povoar”. O processo de ocupação dos territórios acontecia com intuito de suprir os interesses do mercado externo.

Segundo Costa (2005, p. 180), “a concentração fundiária foi resultante da estrutura produtiva baseada na exploração de cana-de-açúcar voltada para a demanda externa”.

Wlodarski e Cunha (2009) afirma que:

> A forma de desenvolvimento adotado, precário e desigual, proporcionava o enriquecimento apenas dos que estavam no comando. A desigualdade e consequentemente a pobreza, sempre presentes no decorrer da história, agravam-se e apresentam-se com novas características a partir do processo de industrialização e com o surgimento do capitalismo.

No Brasil "a desigualdade social ainda sofre influência da transição demográfica ocorrida pelo desequilíbrio regional e social" (CHALA, 2011, p. 06).

Segundo Nascibem (2011, p. 26), "a pobreza existe quando um segmento da população é incapaz de gerar renda suficiente para ter acesso sustentável aos recursos básicos e essenciais que garantam uma qualidade de vida digna". Estes recursos são: água, saúde, educação, alimentação, moradia, renda e cidadania.

O que se observa é que a concentração de renda e de propriedade no Brasil atualmente é um dos principais entraves a serem enfrentados. Logo, vê-se que existem indivíduos diferentes e tais diferenças fundamentam-se nos aspectos materiais, cultura, raça e outros, contudo os indivíduos mais simples de se identificar numa sociedade são aqueles que vivem em situação de extrema pobreza e outros que vivem em grandes casarões com abundância.

Atualmente, a desigualdade social afeta a maior parte dos países. O Brasil é considerado um dos países com maior índice de desigualdade em relação à distribuição de renda.

Para Nascibem (2011, p. 27):

> Existem vários fatores que contribuíram para a criação da desigualdade, um deles foi a acumulação de capital que começou em 1930, pois a produção brasileira nessa época era principalmente agrária, sendo que o Brasil era exportador de matéria prima, e com poucas industrias. A industrialização no Brasil, a partir da década de 30, criou condições para a acumulação capitalista devido à implantação de indústrias voltadas para a produção de máquinas, equipamentos, etc. A política econômica adotada nesse período foi para o desenvolvimento dos setores de produção, que "economizaram" mão-de-obra e que teve como resultado o desemprego.

Ao se falar em desigualdades sociais e pobreza no Brasil trata-se de milhões de pessoas que vivem na pobreza total. Dessa forma, é evidente que mais da metade da

população brasileira não possui recursos para sobreviver de forma básica (NASCIBEM, 2011).

Ainda de acordo com esse autor a desigualdade social resulta em muitas anomalias, tais como: violência, fome, pobreza (essa traduz claramente a desigualdade social), criminalidade e pobreza, etc.

Nos últimos anos foram criados programas governamentais de distribuição de renda com intuito de reduzir a desigualdade social. Pode citar como exemplo o Bolsa Família, este foi criado para tentar reduzir a pobreza e crescimento econômico.

8 POBREZA NO BRASIL

Os fatores que determinam a pobreza, segundo Garcia (2003), podem ser divididos em dois grupos. O primeiro é formado pelos casos de países em que há renda insuficiente para garantir o mínimo para a subsistência da população, ou seja, a renda *per capita* é baixa e por mais equidade que seja a sua distribuição, haverá incidência da pobreza, resultado da escassez de recursos.

O Brasil se insere no caso do segundo grupo, daqueles países onde a pobreza é mais persistente; países que possuem PIB suficientemente alto para garantir o mínimo necessário para toda população, de modo que pobreza é resultado da má distribuição dos recursos.

O Brasil possui um PIB que é muito acima do valor *per capita* associado a linha da pobreza. Sendo assim, a incidência da pobreza no Brasil é fruto da desigualdade na distribuição de recursos existentes. Essa injusta distribuição de rendimentos é claramente observada através da distribuição de renda da população.

Essa desigualdade cria uma enorme demanda por políticas sociais, é o que se observar através da queda dos índices de inflação e de pobreza depois da implementação do Plano Real.

Para Ferreira (2004), o papel da desigualdade distributiva de renda no processo de crescimento econômico pode ser visto através das imperfeições do mercado de crédito. Embora o crescimento econômico possa ser entendido como resultado da equidade na distribuição de renda, que estimula o investimento em capital humano e projetos individuais, quando há imperfeições no acesso ao crédito os pobres são excluídos do processo de crescimento e não podem usufruir dos efeitos positivos desse crescimento.

A falta de recursos é tanto causa como consequência de pobreza. Saúde precária, falta de aptidões, pouco acesso a serviços básicos e as humilhações da exclusão social refletem privações de recursos pessoais, públicos e sociais. Recursos humanos, físicos e naturais também são fatores essenciais para o indivíduo, a família ou grupo viva em pobreza ou escape dela.

8.1 COMBATE A POBREZA NO BRASIL

Segundo Wlodarski e Cunha (2009), a pobreza pode ser definida como fruto da ação dos homens, sendo resultado das formas como estes pensam, interpretam e direcionam a construção da história, da forma como aceitam os padrões mínimos de sobrevivência de cada indivíduo presente na sociedade.

Para Arzabe (2005) se por um lado a avaliação da pobreza possui um caráter subjetivo e contingente, variando em conteúdo ou intensidade conforme o 'outro' na comparação, fazendo-nos pensar na pobreza somente como um conceito relativo, por outro lado, devido à situação de extrema indignidade em que elevada parcela da população mundial vive, pela falta de recursos, pela ausência de políticas públicas, pela sujeição étnica e social e pela absoluta destituição material de direitos, passou-se a utilizar o conceito de pobreza absoluta para permitir a aferição dos níveis de destituição, ainda que imperfeita, para fins de desenvolvimento e implementação de políticas sociais, permitindo, também, a possibilidade de comparação entre diferentes regiões e países.

Falar sobre a pobreza brasileira é algo difícil de responder. Sobre o assunto existem várias conclusões, estuda o mercado de trabalho, como os pobres de comportam, porém é difícil conceituar quais são os determinantes da miséria no Brasil. O que se sabe é que uma grande parcela da população brasileira se encontram em precários padrões de consumo.

Varias autores afirmam que a concentração de renda, proveniente do processo de industrialização, o capitalismo, produzir um excedente populacional que forçou o mercado de trabalho, deixando o mesmo inadequado para os trabalhadores (COSTA, 2005).

Um dos objetivos de um país e de seus governantes é tentar erradicar a pobreza, seja por meio de políticas de transferência de renda, inclusão social. Na verdade o que

importa são as ações necessárias para combater a pobreza, além de reparar erros cometidos no passado.

Desta forma, é evidente que para iniciar o combate a pobreza, é necessário investimentos imediatos para que, a longo prazo, possa vir a colher os frutos.

No Brasil, a pobreza ocorre não por causa da falta de recursos mas sim da falta de igualdade na distribuição destes. O Brasil é um país rico, contudo, possui um dos maiores índices de desigualdade do mundo.

Faria (2000, p. 21) refere que:

> A comparação internacional em relação ao grau de desigualdade de renda no Brasil e o observado em outros países comprova não só que a desigualdade brasileira é das mais elevadas em todo o mundo, mas contribui também para entender como um país com renda per capita relativamente elevada pôde manter população abaixo da linha de pobreza.

Ao analisar o inicio do processo de desenvolvimento do Brasil, observa-se que as décadas que separam, viraram dias, ao se referir com relação a forma de pensar e os valores que ainda fazem-se presentes atualmente.

Arbache (2003, p. 59) refere que "a limitação da literatura parece estar associada à visão predominante de que o fim da pobreza seria subproduto de crescimento econômico".

Para Ferreira (2004, p. 32) "o crescimento econômico não é condição para a diminuição das desigualdades sociais e concentração de renda".

O que se observa é que no Brasil existe uma nítida má distribuição de renda entre a população, e isso gerou uma alta concentração sob o domínio de uma minoria. Apesar de o Brasil ser um país extremamente extenso em território, com uma grande abundância de recursos naturais e produtos agrícolas, a falta de alimentos não deve ser um fator que possa mensurar a situação de miséria em que boa parte dos habitantes vive.

Gremaund (2002, p. 91) refere que "a má distribuição de renda no Brasil e sua evolução são esclarecidas por fatores históricos e econômicos".

Segundo Silva (2013), a pobreza e a exclusão social assumem varias feições ambas distintas de vários elementos tais como: a questão econômica, social, política e cultural de cada sociedade inclusive a sociedade brasileira, onde o seu principal fator é a desigualdade social, a exclusão social e a pobreza.

A desigualdade social e a pobreza fizeram e continuam fazendo parte do processo histórico, e estão presentes em muitas pautas de discussão, mas não como objetos de afetivas ações que tentam buscar o enfrentamento da problemática.

Garcia (2003, p. 10) refere que

> Foram criadas riqueza e renda suficientes com intuito de produzir alterações mais significativas nas condições de vida da grande massa da população brasileira que extremamente carente em relação a tudo. Entretanto, a riqueza que existe e a renda que foi criada sempre foram apropriadas por minorias gananciosas.

De forma contraditória, tem-se buscado uma forma para tentar suavizar os problemas derivados da pobreza, por meio da culpa lançada às pessoas que se encontram nesta situação.

A sociedade capitalista adotou uma representação do sujeito que vive na situação de pobreza, o qual chamam de "analfabeto", "desqualificado", etc. Isso leva a culpar uma pessoa devido a um problema que foi criado pela sociedade e que cabe a esta resolver (WLODARSKI e CUNHA, 2009).

Percebe-se que as relações sociais mostram que a ideia em vigor é de realizar ações que tendem a garantir o sucesso do capital. É importante demonstrar por meio da realidade que ocorre nas ruas, que a pobreza deve ser enfrentada através de ações concretas que visem buscar as causas fundamentais deste problema. Isso pode ser feito mudando as formar de pensar a pobreza, os conceitos que foram adotados historicamente com intuito de manter a ordem estabelecida.

Logo, é necessário que o próprio indivíduo obtenha sua autonomia e liberdade por meio da redução da desigualdade social e da garantia do acesso aos bens indispensáveis para seu desenvolvimento.

Sendo assim, o Estado tem a função de regular esta situação, por meio de políticas sociais que venham proporcionar uma diminuição dos índices de desigualdade, buscando desenvolver ações para o social e não para a classe dominante.

Acredita-se na possibilidade de uma intervenção maior no social e no rompimento dos crescentes índices de desigualdade social por meio de um processo de luta e pressão histórica com objetivo de alcançar a democracia (WLODARSKI e CUNHA, 2009).

Sabe-se que as representações sociais tendem a acompanhar o desenvolvimento da história e visa modificar juntamente com o processo de desenvolvimento e modernidade democracia (WLODARSKI e CUNHA, 2009).

Tomazi (2000) refere que:

> As desigualdades sociais são enormes, e os custos que a maioria da população tem de pagar são muito altos. Com isso a concentração da renda tornou-se extremamente perceptível, bastando apenas conversar com as pessoas nas ruas para nota-la. Do ponto de vista político esse processo só favoreceu alguns setores, e não levou em conta os reais problemas da população brasileira: moradia, educação, saúde, etc. A pobreza do povo brasileiro aumentou assustadoramente, e a população pobre tornou-se mais miserável ainda.

Tem-se observado que a distribuição desordenada de renda e o desemprego em obrigado as pessoas a procurar lugares impróprios à ocupação urbana, por falta de condições financeiras com intuito de bancar moradias mais dignas. Isso levou a criação de favelas e habitações em locais de risco desprovidas de serviços públicos, como água, esgoto, saúde, etc.

Silva (2013) refere que as diversas formas de expressão da questão social entram em serie o que implica em uma resposta imediata do Estado e da sociedade em dar respostas ao agravamento da desigualdade social em todo o Brasil e no mundo.

Logo, vê-se a necessidade de se formular um pacto social que vá de encontro com as exigências da maior parte da população, proporcionando a justiça por meio da redistribuição de bens e riquezas, uma maior intercessão do Estado na busca pela igualdade e liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo procurou discutir com base nos pensamentos do autor Amartya Sen sobre as práticas educativas, com intuito de aumentar os diversos sistemas de conhecimento numa perspectiva interdisciplinar. Dessa forma, fez uma reflexão sobre o processo educativo e a união de diversas áreas a fim de possibilitar novas praticas coletivas, numa perspectiva que permite o dialogo entre saberes.

Pode-se observar que a educação ambiental é a condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental, reforçando que é preciso

criar novos estilos de vida e promover uma consciência ética que questione o atual modelo de desenvolvimento. O desafio é criar uma educação ambiental que seja critica e criativa em nível formal e não formal. Precisa-se estar conscientes de que não se trata apenas de introduzir corretivos ao sistema que criou a atual crise ecológica, mas de educar para sua transformação.

Parece bastante obvio que a desigualdade social vem a prejudicar de forma demasiada a qualidade da democracia no país. E o grande problema é que essa dignidade atinge a população menos favorecida.

Logo, é inaceitável que em um Estado que impera a democracia, existam cidadãos com renda insuficiente para se alimentar e viver de forma adequada.

Enfim, a educação ambiental é um desafio para a política da sustentabilidade, e exige um esforço de todos para um processo de fortalecimento da democracia e cidadania. É preciso estimular a reflexão sobre a diversidade em torno das relações individuo natureza e que cada um saiba da importância da responsabilidade para construir uma sociedade ambientalmente sustentável.

REFERENCIA

APARECIDA, Maria. **Classes sociais e desigualdades**. 2006. Disponível em: <http://www.zemoleza.com.br/trabalho-academico/sociais-aplicadas/historia/classes-sociais-e-desigualdades/>. Acesso em: 02 jan. 2016.

ARBACHE, Jorge Saba. **Pobreza e Mercados no Brasil**: uma análise de iniciativas de políticas públicas. Brasília: CEPAL - Escritório no Brasil/ DEFID, 2003.

ARZABE, Patrícia Helena Massa. **Pobreza, Exclusão Social e Direitos Humanos**: O Papel do Estado. 2005. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/dhesc/phelena.html>. Acesso em: 29 dez. 2015.

ALVES, Ana R. Cavalcanti. O Conceito de Hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: **Revista Lua Nova**, n. 80, pp.71 – 96. São Paulo, 2010.

BENEVIDES, Maria Victória. Educação em Direitos Humanos. In: **Seminário de Educação em Direitos Humanos**. São Paulo, 2000.

DAGNINO E. Sociedad Civil, Espacios Públicos y Democratización: Brasil. **Sociedade civil, participação e cidadania**: de que estamos falando?, Políticas de Ciudadania y Sociedad Civil en Tiempos de Globalización, Daniel Mato e Illia Garcia (coords.), Caracas: UCV, 2004.

LIMA, Licínio C. **Organização escolar e democracia radical**: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. São Paulo, Cortez, 2000.

PAIVA, Ângela M. de Randolpho. Direitos, desigualdade e acesso à universidade. In: **Revista O Social em Questão**. PUC/Rio, 2010.

SEN, Amartya. **A Ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.